



PROJETO DE LEI Nº 359 DE _____ DE _____ DE _____.

Autoria da Deputada Bárbara do Firmino.

LIDO NO EXPEDIENTE

EM, 05 / 12 / 23

1º Secretário

Veda, no âmbito do Estado do Piauí, a divulgação por influenciadores digitais de jogos comercializados por pessoas físicas e jurídicas de jogos de azar ou cassinos on-line disponibilizados por plataformas estrangeiras.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a divulgação de jogos de azar, disponibilizados por Plataformas Estrangeiras, por pessoas físicas e jurídicas, na rede mundial de computadores, bem como por outros meios de publicidade tal como, outdoors, comerciais televisivos, *busdoor*, panfletos, rádio e livretos, no Estado do Piauí.

Art. 2º O descumprimento acarretará sanção administrativa com aplicação de multa variável entre R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a ser aplicado conforme conteúdo divulgado no perfil ou página.

Art. 3º A vedação deverá ser inserida nas campanhas de divulgação das ações do Estado.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, para garantir sua aplicação e fiscalização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 05 de dezembro de 2023.


BÁRBARA DO FIRMINO

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Os jogos de azar sempre despertaram interesse e entretenimento. No entanto, o advento do mundo digital trouxe desafios e discussões em diversos parâmetros constitucionais sobre essa prática ilícita no Brasil. Por isso, o funcionamento jogos de azar eletrônicos necessitam, fundamentalmente, de uma avaliação detalhada a respeito de seus malefícios.

Os argumentos a favor da exploração de jogos virtuais de azar no território brasileiro dimensionam, de forma incorreta, os benefícios da medida. Supor que haverá geração de empregos e de renda, aumento na arrecadação de impostos para o poder público, incremento e fortalecimento de políticas regionais de desenvolvimento é altamente questionável. Por essa percepção, a criação de empregos na nossa economia ficaria comprometida ao considerarmos que a legalização dos jogos de azar envolveria o desvio de gastos dos consumidores para estas atividades. Ficariam prejudicadas, portanto, as despesas das famílias piauienses com bens de consumo e serviços.

Quanto à arrecadação de tributos, o efeito líquido seria duvidoso ao considerarmos que haverá, inevitavelmente, o incentivo para que o poder público confira benefícios tributários para a instalação da indústria de jogos de azar no território piauiense. É igualmente preocupante que o incentivo para o aumento de jogos de azar no Piauí deva aumentar as despesas públicas com saúde e segurança. O jogo configura um vício. Como no caso das drogas, seriam gerados dependentes, pressionando as despesas do governo com assistência às pessoas compulsivas. As despesas públicas com segurança deverão subir à medida que a exploração dessas atividades venha a incentivar a criminalidade e a articulação de redes de narcotráfico e lavagem de dinheiro.



Mesmo em países onde os jogos de azar são bem regulados, o risco de uso dessa indústria para práticas criminosas é elevado.

No Piauí, portanto, a permissão para incentivo e exploração de jogos virtuais de azar demandaria do Poder Executivo Estadual a regulação de uma série de aspectos, como o detalhamento dos procedimentos de credenciamento e a designação de um órgão para autorizar e supervisionar as atividades desses jogos. Isso significa que a implementação efetiva dessas recomendações dependerá fortemente de ações contínuas de supervisão e regulação. Para tal, serão necessários recursos materiais e tecnológicos, bem como pessoal qualificado. As evidências apresentadas sugerem, portanto, a necessidade de haver um debate bem informado sobre a matéria, o qual considere, de forma rigorosa, os custos e os benefícios associados à legalização dos jogos virtuais de azar.

Pelo exposto, conto com o apoio dos meus pares para aprovação da presente legislatura.



BÁRBARA DO FIRMINO
Deputada Estadual